

Clara Moreira Azzoni

FRAUDE CONTRA CREDORES NO PROCESSO FALIMENTAR

**Ação Revocatória Falimentar
e Ineficácia do Art. 129 da
Lei de Recuperação Judicial,
Extrajudicial e de Falência**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-7336-5

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Azzoni, Clara Moreira.

A999 Fraude contra credores no processo falimentar:
ação revocatória falimentar e ineficácia do Art. 129
da Lei de recuperação judicial, extrajudicial e de
falência./ Clara Moreira Azzoni – Curitiba: Jurua,
2017.
442 p.

1. Empresas – Recuperação. 2. Falência.
3. Direito comercial. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed.)
CDU 347.7

0137

1108978

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FRAUDE CONTRA CREDORES NO DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	17
2.1	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	17
2.1.1	Características Gerais.....	17
2.1.2	Fraude Contra Credores no Código Civil de 2002.....	29
2.2	FRAUDE À EXECUÇÃO	57
3	FRAUDE CONTRA CREDORES NA FALÊNCIA: INEFICÁCIA SUBJETIVA (AÇÃO REVOCATÓRIA) E INEFICÁCIA OBJETIVA DOS ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA	69
3.1	AÇÃO REVOCATÓRIA E INEFICÁCIA OBJETIVA DE ATOS	69
3.1.1	A Fraude Contra Credores no Processo Falimentar	69
3.1.2	A Evolução da Disciplina da Matéria no Brasil.....	73
3.1.3	O Sistema de Ineficácia dos Atos Praticados Antes da Falência (Fraude Contra Credores) Adotado pela Lei 11.101/2005	85
3.1.4	Comparativo entre a Fraude Contra Credores no Direito Civil, Processual Civil e Falimentar	89
3.2	INEFICÁCIA OBJETIVA – FRAUDE CONTRA CREDORES PREVISTA NO ARTIGO 129 DA LEI 11.101/2005	95
3.2.1	Ineficácia em Relação à Massa Falida (Ineficácia Objetiva) – Conceito de Ineficácia – Teoria das Nulidades.....	95
3.2.2	Natureza Jurídica da Decisão (Declaração + Restituição)	106
3.2.3	A Presunção do Elemento Subjetivo (Conluio Fraudulento) e do Elemento Objetivo (Prejuízo da Massa Falida).....	111
3.2.4	Elemento Temporal (Momento em que o Ato Foi Praticado)..	123
3.2.4.1	Termo legal de falência.....	125
3.2.4.1.1	Termo legal de falência no Decreto-lei 7.661/1945 e na Lei 11.101/2005 – LRE129	
3.2.4.1.2	Termo legal de falência e “período suspeito”	138

	3.2.4.1.3	A preclusão da decisão que fixa o termo legal da falência e ineficácia dos atos praticados pelo falido	143
3.2.5		Hipóteses Legais de Ineficácia Objetiva	150
	3.2.5.1	Pagamento de dívidas não vencidas, no termo legal.....	151
	3.2.5.2	Pagamento de dívidas vencidas e exigíveis, no termo legal, de modo diverso do previsto contratualmente	161
	3.2.5.3	Constituição de direito real de garantia, no termo legal, relativo à dívida contraída anteriormente	168
	3.2.5.4	Prática de atos a título gratuito, desde dois anos antes da decretação da falência.....	172
	3.2.5.5	Renúncia à herança ou legado, até dois anos antes da decretação da falência	179
	3.2.5.6	Trespasse do estabelecimento comercial.....	181
	3.2.5.7	Registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência.....	192
3.2.6		A Ineficácia Objetiva do Artigo 45 da Lei de Sociedades Anônimas	196
3.2.7		Via Processual Adequada para Declaração de Ineficácia Objetiva – o Concurso de Meios Previsto no Parágrafo Único do Artigo 129	199
	3.2.7.1	Declaração judicial de ineficácia nos autos do processo falimentar	201
		3.2.7.1.1 A posição do terceiro atingido pela declaração de ineficácia nos autos do processo falimentar.....	209
	3.2.7.2	Arguição da ineficácia objetiva como matéria de defesa	220
	3.2.7.3	Declaração da ineficácia por meio de ação declaratória incidental ou de reconvenção	222
	3.2.7.4	“Ação própria” para declaração de ineficácia objetiva.....	225
3.2.8		Prazo para Declaração da Ineficácia Objetiva.....	231
3.2.9		Efeitos da <i>Decisão</i> que Declara a Ineficácia	236
	3.2.9.1	Efeitos em relação à massa falida.....	236
	3.2.9.2	Efeitos em relação ao falido	239

3.2.9.3	Efeitos em relação ao contratante de boa-fé (artigo 136, <i>caput</i>)	247
3.2.9.4	Efeitos em relação ao terceiro de boa-fé (artigo 136, § 2º).....	261
3.2.9.5	Efeitos em relação ao terceiro de má-fé	266
3.3	INEFICÁCIA SUBJETIVA – ARTIGO 130 DA LRE (AÇÃO REVOCATÓRIA)	268
3.3.1	Ausência de Tipicidade da Ação Revocatória.....	268
3.3.2	Ineficácia em Relação à Massa Falida (Revocação do Ato – Ineficácia Subjetiva)	274
3.3.3	Natureza da Sentença de Procedência na Ação Revocatória (Declaração + Restituição).....	284
3.3.4	Elemento Subjetivo (Conluio Fraudulento)	292
3.3.4.1	Prova do conluio fraudulento	296
3.3.5	Elemento Objetivo (Prejuízo da Massa Falida).....	304
3.3.6	Elemento Temporal (Momento em que o Ato foi Praticado)...	308
3.3.7	Legitimidade Ativa	311
3.3.7.1	Natureza Processual da Legitimidade Ativa.....	311
3.3.7.2	Legitimado ativo	319
3.3.8	Legitimidade Passiva	325
3.3.8.1	Natureza processual da legitimidade passiva	325
3.3.8.2	Legitimado passivo	331
3.3.9	Prazo para Ajuizamento da Ação.....	334
3.3.10	Aspectos Processuais da Ação Revocatória e sequestro de bens	338
3.3.11	Efeitos da Sentença de Procedência.....	344
3.3.11.1	Efeitos da sentença em relação à massa falida.....	344
3.3.11.2	Efeitos em relação ao falido	346
3.3.11.3	Efeitos da sentença em relação aos demandados (contratantes e terceiros de má-fé)	347
3.3.11.4	Efeitos em relação ao eventual terceiro adquirente de boa-fé.....	349
3.4	DISPOSIÇÕES COMUNS À INEFICÁCIA OBJETIVA E SUBJETIVA	351
3.4.1	Atos Praticados pelo Falido Durante a Recuperação Judicial ..	351
3.4.2	A Exceção da Securitização de Créditos.....	354
3.4.3	Atos Praticados com Base em Prévia Decisão Judicial.....	357

4 ANÁLISE COMPARATIVA DA INEFICÁCIA SUBJETIVA (AÇÃO REVOCATÓRIA) E DA INEFICÁCIA OBJETIVA	363
4.1 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	363
4.1.1 Aspectos de Aproximação entre a Ineficácia Subjetiva (Ação Revocatória Falimentar) e a Ineficácia Objetiva e (Semelhanças)	363
4.1.2 Aspectos de Distanciamento entre a Ineficácia Subjetiva (Ação Revocatória) Ineficácia Objetiva (Diferenças).....	366
4.1.3 Fungibilidade Entre a Ineficácia Objetiva e a Ineficácia Subjetiva (Ação Revocatória)	378
4.2 FUNGIBILIDADE NO COMBATE À FRAUDE CONTRA CREDORES (AÇÃO REVOCATÓRIA, AÇÃO PAULIANA, INEFICÁCIA OBJETIVA DO ARTIGO 129 E FRAUDE À EXECUÇÃO).....	381
4.2.1 Prevalência das Regras do Direito Falimentar na Fraude Contra Credores	381
4.2.2 A Fungibilidade e a Conversão da Ação Pauliana em Ação Revocatória Falimentar (Ineficácia Subjetiva) e Ineficácia Objetiva.....	386
4.2.3 Superveniência do Decreto de Falência e Ação Pauliana em Curso	393
4.2.4 Superveniência do Decreto de Falência e Fraude à Execução ..	396
REFERÊNCIAS	399
ÍNDICE ALFABÉTICO	429